

O TEXTO DE ÉPOCA

Uma proposta possível de leitura e produção textual

Eugenio Domingos da Silvaⁱ

Diante da diversidade de fontes atualmente disponíveis ao historiador para o exercício do seu ofício, os Textos de Época estão entre aquelas que melhor contem as informações e as pistas para o esclarecimento dos seus contextos de produção, uma vez, que são excelentes testemunhos, capazes de resguardar e representar em seus conteúdos as intrincadas redes de relações e os confrontos de interesses que envolveram os sujeitos históricos de sua época, “o que faz destes documentos, suportes de informações a cerca de seus referentes”ⁱⁱⁱ e contribuem para sua importância sempre renovada como fonte para o trabalho de interpretação e re-significação do historiador.

Por isto mesmo citar, reler, rediscutir os T.E. são oportunidades de questionar o legado do dominador e a tradição por ele criada. Com este propósito os historiadores poderiam retirar do contexto histórico da dominação étnica ou de outras modalidades possíveis de relações de dominação social a esperança truncada, os gritos emudecidos ao longo da história, e atualizá-los no presente, por meio de uma valorização dos projetos, modos de viver e da memória dos vencidos como elementos para construção de uma “Outra História”.

Nas duas últimas décadas do século XX, no Brasil, a “Nova História”, produziu uma ampliação das possibilidades para a prática do “Ofício do Historiador”, principalmente para aqueles que pretendem colaborar na investigação e construção de uma “Outra História”, que seja voltada aos interesses das minorias sociais.

Novos horizontes se abrem tanto na escolha de temas, como nas metodologias e abordagens teóricas, superando as limitações massificantes deste campo de investigação que é a historiografia, antes presa, a estudos feitos a partir da vida de “grandes personalidades” – os chamados “heróis nacionais” – atos da diplomacia e de algumas datas cívicas, conforme o interesse das elites governantes em construir e manter um certo tipo conveniente de memória

social. Esta tradição historiográfica – o positivismo - utilizava para sua pesquisa os documentos oficiais por considerá-los as únicas fontes válidas e confiáveis, porém, desconsiderava a necessidade de uma análise ou interpretação de seus conteúdos por serem tidos como os “testemunhos da verdade”. Além de uma grande pluralidade de outras fontes como os panfletos, correspondência privada, artigos de jornais, revistas e livros, que também eram desconsideradas. Noutra tradição, a interpretação da história era feita a partir das estruturas sócio-econômicas, respaldadas nos conceitos de Modo de Produção e Luta de Classes, que apagavam totalmente a presença e a participação dos sujeitos no fazer da história, e a condicionavam a etapas de uma evolução pré-estabelecida de forma ortodoxa, aquela que poderíamos classificar de pseudomarxista.

Há ainda, aquelas produções historiográficas que tratam seus objetos como coisas isoladas de um contexto, desvinculadas de uma trama e do fazer humano histórico, sem relacioná-las a outros acontecimentos, os quais não seriam necessários para lhe conferir sentido e coerência histórica. Esta tendência historiográfica seria uma das derivadas da “nova história” que não teve uma boa aceitação entre os historiadores comprometidos com um trabalho que fosse capaz de produzir uma compreensão esclarecedora e satisfatória ao público leitor da história. Afinal são os contextos, construídos pelos historiadores que vão garantir o sentido e significado aos temas/objetos em um trabalho de pesquisa em história.

Esta renovação historiográfica está acontecendo por conta da atitude de busca e manutenção do diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, como a literatura, a lingüística, filosofia da linguagem, a antropologia, a sociologia etc.

Novos métodos como, o de Análise do Discurso, do estudioso francês M. Pêcheux, que busca relacionar a linguagem com a ideologia, visando revelar a historicidade dos textos; o Método Lingüístico de Abordagem do Campo Semântico, desenvolvido R. Robin e posto em prática por J. Dubios, no qual os “textos discurso” são entendidos como um sistema em que todas as unidades do texto se coordenam ou se opõem entre si, organizadas e interligadas por uma rede de relações de oposição, associação e identidade. Noutro modelo de Análise de Campo Semântico, o de L. Bardin, são escolhidas unidades de registro e contexto, entendidas como a totalidade. Estes dois

últimos apontados por C. Cardoso e R. Vainfas, no já quase clássico, “Domínios da História”, do qual são organizadores e escrevem entre outros o texto “História e Leitura de Textos”, o qual vem nos estimulando a reflexão na busca de caminhos que nos aproximem de uma atitude hermenêutica e de uma análise semiótica dos Textos de Época como alternativa para escrevermos a História.

Uma vez escolhida a temática a ser trabalhada pelo historiador, diga-se com destaque, melhor que este tema-objeto de pesquisa tenha significados e represente algo a mais na vida do pesquisador, que possua relevância social para sua comunidade de identificação. Pois será deste tema, como em uma via de mão dupla, que surgirá a problemática que, devidamente investigada, contribuirá para a discussão e o enriquecimento do diálogo no confronto de posições do debate social.

Que teoria seria a mais adequada para fundamentar a leitura de um “Texto de Época”? Esta é uma questão que só o próprio pesquisador deverá encontrar solução, afinal, as teorias devem surgir dos embates concretos com a realidade e do conjunto dos interesses defendidos pelo pesquisador. Por enquanto, nós, brasileiros de origem social popular, de uma forma ou de outra, ainda estamos observando e escrevendo a nossa própria história pelo viés do discurso direto dos estrangeiros ou da elite nacional. Permanecendo ainda, sob a influência de suas teorias e métodos historiográficos.

Diante desta situação, resta-nos, então, desenvolvermos uma crítica autônoma, uma nova leitura destas teorias e métodos, reinventando-as a ponto de percebermos de onde falam, e reconhecermos os efeitos e sentidos de seus discursos teóricos ou metodológicos. Ouvindo com mais atenção, sensibilidade e responsabilidade ética os clamores de nosso povo, só assim, é que seremos capazes de criarmos formas próprias para utilização da diversidade de teorias e métodos já existentes e de criarmos novos sistemas interpretativos e explicativos para a nossa história.

Os conceitos que utilizamos como bases teóricas para a condução do trabalho que realizamos e que gostaríamos de apresentar aqui como proposta de leitura e produção de um Texto de Época, foram: *Representação*, como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que apresenta e aquilo que é representado, ou ainda, como exibição

de uma presença pública de algo ou de alguém; *Alteridade*, característica do que é outro, que não eu, aquele(a) com quem estou em relação.

O primeiro ensaio nesta direção realizamos quando estávamos produzindo o texto monográfico “A Construção do Outro; O Índio no Discurso Caminha e Gabriel S. Sousa”, por ocasião do curso de especialização em História do Brasil, realizado na UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), no período entre fevereiro de 1998 a fevereiro de 2000, em Ilhéus, Bahia.

Desta experiência de leitura e produção textual é que gostaríamos de indicar a alternativa teórica metodológica que desenvolvemos como proposta possível de leitura e produção para os Textos de Época.

Os Textos de Época que utilizamos como fontes para investigação e demonstração de nossa experiência foram: a famosa “Carta a El Rei Dom Manuel sobre o Achamento do Brasil” de Pero Vaz de Caminha, e o “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, de Gabriel Soares de Sousa, do capítulo 47 ao 77, onde trata “Da Vida e Costumes do Gentio da Terra da Bahia”.

Neste nosso trabalho devemos entender o “Texto de Época” como “estratégia” e “lugar” de luta sócio-política pelo poder. Sabendo-se que é possível aplicar esta proposta de leitura a diversos tipos de textos nos quais foram registradas as relações sociais conflituosas envolvendo concorrência entre grupos opostos: étnicos, políticos, gêneros, sindicais, econômicos, comerciais, classes etc. No caso específico do nosso exemplo, como estratégia de luta sócio-política pelo poder, envolvendo grupos étnicos diferentes, ou seja, embates políticos e ideológicos entre alteridades: português X tupinambá.

Para iniciar a leitura de um Texto de Época que inaugurou ou contribuiu para sustentação de uma tradição na interpretação e produção dos trabalhos historiográficos de sua época e posteriores, buscamos compreender o contexto histórico em que ele foi escrito. O trabalho de contextualização da fonte vai funcionar como recurso que justificará e dará sentido à nova interpretação do conteúdo, do fato ou da idéia que estiver sendo discutido.

O novo Texto de Época – produzido como trabalho de interpretação da fonte – ou faz a sustentação, ou uma revisão crítica da fonte e, na medida do possível busca inaugurar uma outra

tradição que substitua a anterior enquanto horizonte de compreensão, como sugere José A. Campigoto no texto “Interpretação de Texto, de História e de Intérprete”, publicado na “Revista Brasileira de História”, nº 46. Afinal de contas “se a hermenêutica filosófica (*entendida como técnica de interpretação*) fosse aplicada somente para compreender, criticar ou apoiar os textos alheios e os acontecimentos e fenômenos nos quais não estamos envolvidos, sua utilidade será mínima. Se, no entanto, conduzir-nos para a crítica do nosso fazer interpretativo, mais que útil, será indispensável para evitarmos as armadilhas da linguagem”ⁱⁱⁱ. Esta postura diante dos textos que produzimos terá um caráter de “resistência à força da linguagem, uma proposta de conhecimento e reconhecimento das coisas preconcebidas (...), e de uma atitude crítica diante das tradições que nos envolvem para além do espaço delimitado das culturas, das classes sociais e do próprio discurso”^{iv}.

A “Carta a El Rei Dom Manuel sobre o Achamento do Brasil”, foi escrito em um contexto renascentista de expansão dos domínios lusitanos ao “Além Mar”. O “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, foi redigido em um contexto que pode ser caracterizado como de afirmação da política colonizadora dos reinos ibéricos sobre a América^v. Já o nosso texto “A Construção do Outro; o índio no discurso de Caminha e Gabriel S. Sousa”, em um contexto marcado pelas comemorações por parte das elites e de crítica e revisão da tradição em torno dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, pelos movimentos sociais populares.

Ao buscar compreender o “contexto histórico” devemos encarar o documento, que está sendo utilizado como fonte para a pesquisa, como apenas uma das versões possíveis de interpretação da totalidade das relações vividas pelas partes envolvidas nos acontecimentos daquele contexto. Acontecimentos estes, que os afetaram de formas diferenciadas nos diversos níveis de implicações: individual, coletivo, local, nacional, internacional, político, econômico e ideológico, as partes envolvidas nos acontecimentos ou idéias. Em momento algum poderemos perder de vista que tanto as fontes como as produções sobre elas são sínteses da totalidade e que são apenas uma visão diante de tantas outras que não se efetivaram ou que não tivemos acesso. Afinal, o nosso, também é um Texto de Época igualmente envolvido pelo seu contexto de produção.

No ato de produção do nosso texto conduzimos uma investigação no sentido de conhecer quem foi ou é seu/sua autor(a), e aquele(a) que está sendo seu objeto, para tanto devemos buscar informações quanto as suas origens e condição social; funções (papéis) sociais que exercem ou exerceram; possíveis interesses e objetivos a serem alcançados com aquele texto; como também, um pouco de suas “visões de mundo” e, formas de organizações, valores e práticas sociais. Este esforço poderá ser feito com a intenção de melhor identificar os pares de relações dentro de um contexto histórico específico.

Para nós, foi bastante esclarecedor percebermos e revelarmos as condições de produção, ou seja, onde, como, quando foi escrito, quanto tempo usou para escrevê-lo, para quem e por que foi escrito e qual o seu objetivo imediato. Pois, elas podem interferir no tipo de linguagem utilizada, revelar a existência ou não de pressões das mais diversas ordens que poderiam interferir no seu conteúdo e até mesmo no seu formato.

Recomendamos selecionar duas ou mais fontes para realização do exercício de leitura e produção de texto, aplicando sobre cada um deles a proposta de leitura que estamos apresentando, isto visando melhor compreensão do tema, período ou problema em questão. Salientamos que, a utilização de fontes nas quais as relações entre binômios opostos estejam o mais evidentes possíveis, constitui-se em facilitador para melhor compreensão e explanação sobre o objeto hora analisado.

Destacamos a necessidade de ao proceder a leitura da fonte, que esta possa ser conduzida de forma atenta e cuidadosa, para que assim verifiquemos os sinais e os indícios denunciadores de como aquelas lutas ocorreram, as ocasiões de confrontos, velados ou explícitos, entre as partes. Fazendo uma leitura crítica, ao mesmo tempo em que, criteriosamente devemos tomar o cuidado de selecionar e localizar as unidades de registro – as palavras/frases chaves – que denunciem as tensões entre os grupos em confronto.

Para realização do nosso trabalho foi importante passarmos a entender as unidades de registro como representações sócio-políticas e ideológicas, marcadas pelos limites sócio-culturais e histórico dos seus utilizadores, ou seja, são recursos lingüísticos usados para representar a realidade social de forma unilateral, sem levar em consideração o “universo simbólico” do outro.

Estas representações redutoras da complexidade do real funcionam como estratégias privilegiadas para fixar suas imagens no imaginário social, como formas de atingir e marcar a identidade daqueles que são transformados em seus alvos, como também, de afetar o imaginário dos futuros leitores.

Um outro ponto que julgamos importante para a operacionalização da proposta de leitura e produção textual que estamos apresentando foi a classificação das unidades de registros nos seus grupos específicos de representações, a partir dos diferentes tipos de relações - Identidade, Oposição e Associação – que estas estabeleceram entre si. Este procedimento foi de extrema relevância para a organização do texto que produzimos, pois foi a partir deste ordenamento das idéias no corpo do texto que garantimos o desenvolvimento coerente da pesquisa e a sua visualização didática.

Foi imprescindível percebermos as ligações e o caráter de interdependência dos diferentes tipos de relações destacados das representações contidas nas fontes, pois, elas teceram uma rede simbólica e semântica de ligações recíprocas com interdependência e complementariedade que garantiram a coesão e o sentido o que facilitou a nossa interpretação.

Sendo assim, visando dar consistência a nossa proposta de leitura e produção textual, aproveitamos a oportunidade para compararmos as fontes, buscando perceber os diferentes contextos de produção, autores, objetivos, condições de produção e os tipos de representações utilizadas sobre o outro com graus de: aproximações - distanciamentos, semelhanças – diferenças, continuidades – rupturas.

Dando prosseguimento ao nosso exercício de leitura e produção textual, esforçamo-nos por destacar as representações-sínteses produzidas pelos autores dos Textos de Época. “Bárbaro e Gentio são as representações conceituais a que chagaram os colonizadores durante os embates políticos, econômicos e ideológicos que travaram com os nativos no Brasil colônia de século XVI (...)”^{vi}. Estas contêm de forma sintética as imagens e os sentidos mais próximos da realidade em que os construtores do outro quiseram ver transformados seus objetos do discurso, fazendo com que suas representações prevaleçam a ponto de poderem assumir o lugar dos seus

representados. E assim, podemos identificar a origem fundadora de sentido que aquelas representações sínteses possuíram historicamente.

Para tanto se faz necessário localizar quando, de que forma e em que outros contextos históricos elas foram utilizadas, percebendo, desta forma, quais as rupturas, permanências ou ampliações de sentidos que ocorreram nas representações-síntese no decorrer de suas possíveis utilizações posteriores ao seu uso inaugural.

E assim, perceber e demonstrar manifestações de continuidade ou rupturas na atualidade sob a forma de efeitos de longa duração no imaginário social, verificadas no cotidiano de nossos dias, tão ou até mais angustiantes que aqueles em que já foram utilizadas.

Neste sentido, podemos destacar ainda a intencionalidade dos autores, aquilo que chamamos de projeto político de intervenção social do sujeito do discurso sobre seu objeto; aquilo que o autor do texto discurso quis implantar como prática social aos seus opositores.

Fazer esta ponte entre o passado e o presente é sem dúvida alguma criar condição de possibilidade para a visualização e indicação de caminhos alternativos para a superação de contextos ou conjunturas, que querem se apresentar como única realidade possível e por isso mesmo, imutáveis e inquestionáveis. A busca destes novos caminhos pela historiografia é o que valoriza o ofício do historiador e daqueles que acreditam que a história não acabou, que é possível, mesmo em tempos de crise paradigmática, surgir esforços na direção da construção de uma “Outra História”.

Sinceramente esperamos ter contribuído de alguma forma para o desenvolvimento do debate em torno dos saberes e das práticas aplicados à construção do conhecimento na ceara daqueles que tomam sobre si o compromisso de manter vivo e dinâmico o saber/fazer da história como ofício.

ⁱ Professor de História no Ensino Médio da Rede Pública do Estado da Bahia.

ⁱⁱ CARDOSO e VAINFAS. “História e Análise de Texto” in: *Domínios da História*, p. 375-376.

ⁱⁱⁱ CAMPIGOTO, J. A. *Interpretação de textos, de história e de interprete*. In Revista Brasileira de Historia nº 46. p.251. Grifo Nosso

^{iv} Idem, p. 251.

^v SILVA, Eugenio D. *A Construção do Outro; O “índio” no discurso de Caminha e Gabriel S. Sousa*. P. 42 e 43.

^{vi} Idem, P. 51.